

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE GUARIBA

FORO DE GUARIBA

1ª VARA JUDICIAL

Rua Feres Sadala, 761, ., Centro - CEP 14840-001, Fone: 16 3231-8452, Guariba-SP - E-mail: guariba1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1001528-65.2023.8.26.0222**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado**
 Requerente: **Ana Maria Bochioni Silva**
 Requerido: **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **JOÃO PAULO RODRIGUES DA CRUZ**

Vistos.

Trata-se ação de **ação declaratória de inexistência de débito c.c. pedido de danos morais e materiais** ajuizada por ANA MARIA BOCHIONI SILVA em face de BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A (BANRISUL).

Não há questões preliminares.

Partes legítimas, bem representadas, figurando com interesse no feito, presentes as demais condições da ação e pressupostos processuais, ausentes nulidades a declarar ou vícios a sanar, dou o feito por saneado.

Fixo como ponto controvertido a existência de relação jurídica entre as partes, que está intimamente ligada a autenticidade da assinatura inserida no documento juntado pela ré com a contestação e que instruem o presente feito.

Para dirimi-lo, defiro a realização de perícia grafotécnica nos documentos colocados às fls. 167/173.

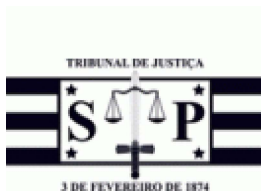
Para realização de perícia, nomeio perito(a) o (a) Sr(a) **Aleksandro de Carvalho - ALEKSANDRO.ENG@GMAIL.COM** estimando seus honorários em 01 (um) salário-mínimo, que deverão ser suportados pelo requerido, **nos termos do artigo 429, II, do CPC**, devendo depositá-los em conta judicial nominal ao juízo em 10 (dez) dias.

Intime-se o Sr. Perito do *mister*.

Além disso, pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.846.649/MA, processo-paradigma do **Tema n. 1061 – Banco – Empréstimo – Consignado – Ônus – Prova – Falsidade – Assinatura**, fixou-se a seguinte tese: "*Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a autenticidade (CPC, arts. 6º, 369 e 429, II) "*.

Defiro às partes a indicação de assistente técnico e formulação de quesitos em 05 (cinco) dias.

Proceda a Z. serventia, junto ao Portal, o cadastro da nomeação do auxiliar do juízo, com a indicação do número do processo, nome do Juiz, área de atuação,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE GUARIBA****FORO DE GUARIBA****1ª VARA JUDICIAL****Rua Feres Sadala, 761, ., Centro - CEP 14840-001, Fone: 16 3231-8452,
Guariba-SP - E-mail: guariba1@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

data da nomeação, valor dos honorários, enviando-lhe senha do processo digital e/ou eventuais ocorrências relativas ao Auxiliar, a tudo certificando nos autos.

Entregue o Laudo, pague-se o perito, abra-se vista às partes e, não havendo questionamentos, torne conclusos para prolação de sentença.

Intime-se.

Guariba, 18 de março de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA JUDICIAL DA
COMARCA DE GUARIBA, ESTADO DE SÃO PAULO

Nº do Proc. principal: 1001528-65.2023.8.26.0222

Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado

RTE: Ana Maria Bochioni Silva

RDO: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A

ALEKSANDRO DE CARVALHO, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, portador do RG 40.067.088-4, CPF 422.040.668-93, CREA: 5070615353, Perito Judicial nomeado nos autos da ação comum cível em epígrafe, tendo realizado todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo, vem, perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de seus trabalhos através do presente

LAUDO TÉCNICO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

que segue digitalizado.

Nestes termos, Pede deferimento

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO
Perito Judicial

LAUDO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

Nº Proc.:

1001528-65.2023.8.26.0222

Partes:

ANA MARIA BOCHIONI SILVA

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

OBJETO DE EXAME

- Peças padrões: RG fls. 21/174, Procuração fls. 20, Declaração fls. 22,
- Peças questionadas: Cédula de crédito bancário fls. 167/173

FINALIDADE DA PERÍCIA

A presente perícia tem por finalidade a investigação técnico científica da autenticidade da grafia questionada

EQUIPAMENTO UTILIZADO

- Microscópios e lupas binoculares com ampliação de 30 a 80 vezes com lentes convergentes e iluminação inversamente dirigida;
- Microscópio digital com ampliação de 100 a 300 X;
- Lupas modelo LP – 600 com, iluminação halógena circular incidente com hastes robotizadas que permitem estabilidade do foco de melhor resolução;
- Lupas binoculares com platô de ampliação de grande espectro e importante ampliação;
- Scanners de alta sensibilidade 1.200 X 4.800 DPI com superior 48-bit hardware;
- Máquinas fotográficas digitais com recursos de 03 a 15 x de zoom ótico, 12 MP, funções macro, night shot, -"ISO" de altíssima sensibilidade – equivalente a -"ASA 3.000" – entre outras;
- Iluminação rasante dirigida – fibra ótica, incidente, emergente;
 - Radiação ultravioleta;
 - Softwares de ultima geração;

METODOLOGIA EMPREGADA

- Inspeção ocular das peças questionadas para apreciação de seu estado físico com o escopo de encontrar eventuais indícios de fraudes grafotécnicas.
- Minuciosos exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e daqueles questionados, objetivando identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas.
- Reiterados cotejos e trescotejos entre os gestos gráficos encontrados nos documentos objeto da perícia para determinação de convergências e divergências setoriais, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.
- Execução de fotografias ilustrativas de alta resolução e digitalização de imagens, através de equipamento especializado.
- Coordenação de todos os dados técnicos apurados e sua tradução em linguagem simplificada própria ao fim que se destina.
- Final redação do apurado durante os trabalhos.

CONSIDERAÇÕES

a-) A matéria de que trata este laudo é complexa, a apuração de autenticidade ou não da grafia dos documentos questionados devem obedecer certa ordem;

b-) A princípio em sua análise, o *expert* deve levar em consideração todos os fatores que envolvem a confecção do documento, tipos de instrumentos utilizados e a disposição da assinatura no papel suporte;

c-) A sobreposição de gestos gráficos ou a presença de “debuxo”¹ (foulage) deixou de ser objeto de busca do perito no trabalho em questão, vez que este Perito não teve acesso ao original das peças motivo. Todavia, tal ausência em nada prejudica a presente perícia.

d-) Sendo Mister do Perito do Juízo a busca da verdade, pelas mais variadas formas, realizou-se um estudo esmiuçado de cada documento, com digitalização dos tópicos de interesse, detalhamento de peculiaridades encontradas, bem como divergências e convergências na sua totalidade.

Seguem análises individualizadas de cada documento, e análises comparadas setoriais dos documentos entre si, com digitalização de recortes de tópicos de mesma ordem, seguidas de análises comparadas descritivas, com conclusões parciais:

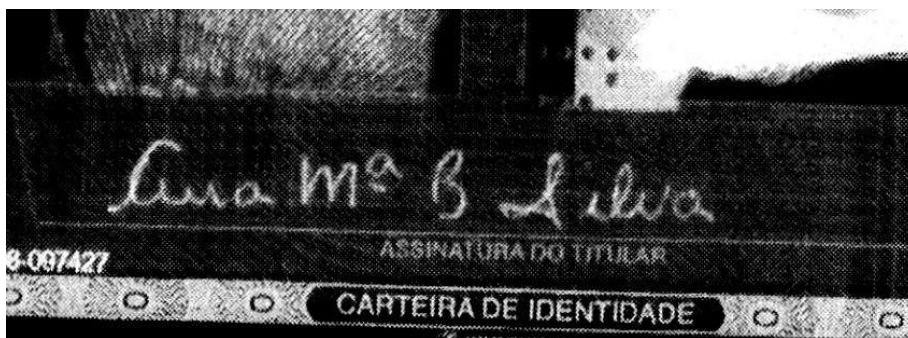
¹ Marca impressa em relevo no papel posposto, causada pela pressão do instrumento escrevente no papel suporte, que amassa as fibras celulósicas que o compõe.

ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

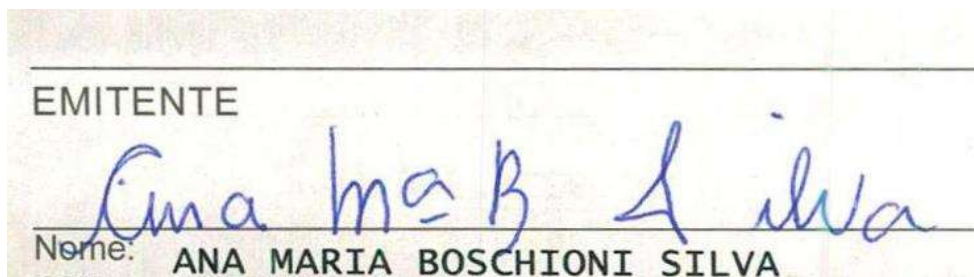
PEÇA PADRÃO: RG FLS.174



PEÇA PADRÃO COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO: RG FLS. 174



PEÇA QUESTIONADA



PEÇA QUESTIONADA COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO

EMITENTE

Ana Maria Boschioni Silva

Nome: ANA MARIA BOSCHIONI SILVA

PEÇA QUESTIONADA

EMITENTE

Ana Maria Boschioni Silva

Nome: ANA MARIA BOSCHIONI SILVA

PEÇA QUESTIONADA COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO:

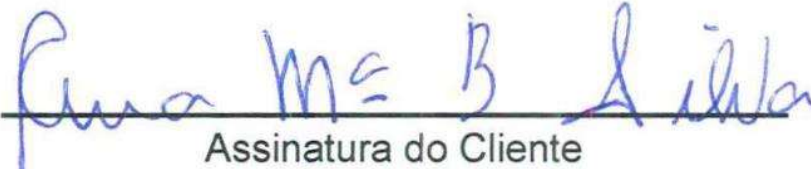
EMITENTE

Ana Maria Boschioni Silva

Nome: ANA MARIA BOSCHIONI SILVA


PEÇA QUESTIONADA

TITULAR


Assinatura do Cliente

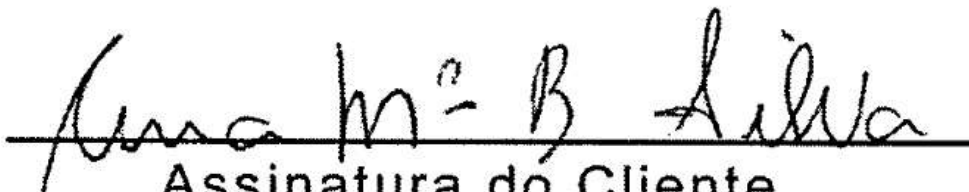
PEÇA QUESTIONADA COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO

TITULAR


Assinatura do Cliente

PEÇA QUESTIONADA

TITULAR


Assinatura do Cliente

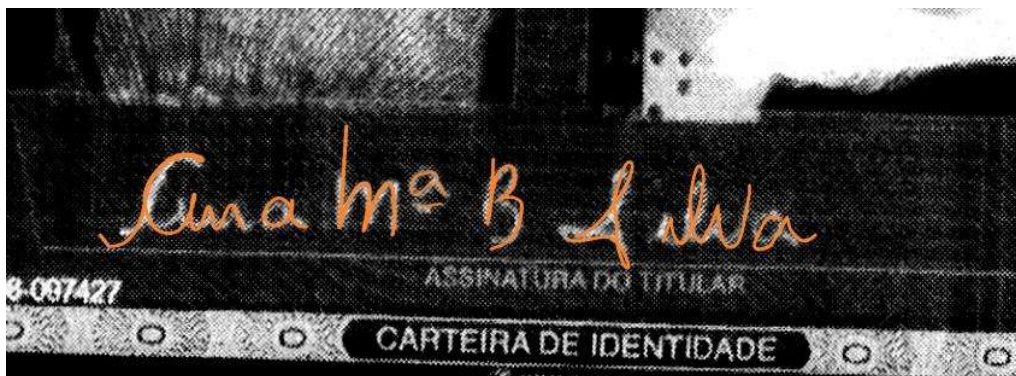
PEÇA QUESTIONADA COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO

TITULAR

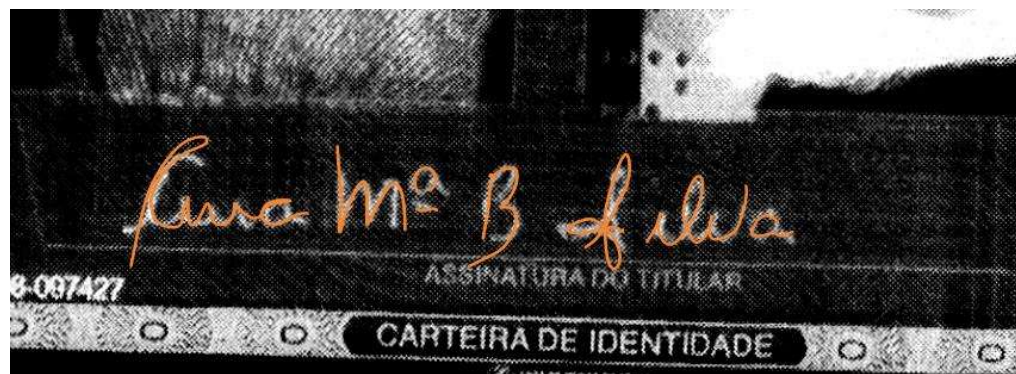
Anna M^{re} B. Silva

Assinatura do Cliente

SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA PADRÃO COM A PEÇA QUESTIONADA



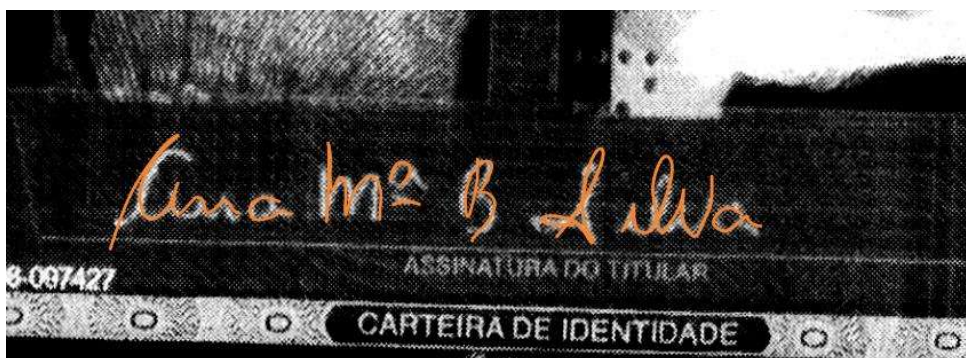
SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA PADRÃO COM A PEÇA QUESTIONADA



SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA PADRÃO COM A PEÇA QUESTIONADA



SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA PADRÃO COM A PEÇA QUESTIONADA



ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

Método : Captura digital de alta resolução com iluminação halógena polarizada das assinaturas investigadas e eventual "matriz" a ser confrontada, e sobreposição da peça padrão pela motivo.

Finalidade : Análise investigativa da hipótese de fraude de grafismo por "DECALQUE".

Resultado : POSITIVO PARA FALSIFICAÇÃO POR DECALQUE.

Fundamento: Devido a grande regularidade constatada no grafismo padrão, a "prova de DECALQUE" no caso vertente, se positiva, deve apresentar inquestionável reprodução de traçado matriz como ocorre no caso em tela.

O fraudador, de posse de um documento que contém uma assinatura autêntica, sobrepõe com o documento onde deseja reproduzir a assinaturas, e a lança em outro documento.

RESPOSTA AOS QUESITOS FLS. 203-205

1) Esclareça o Sr. Perito, se as assinaturas dos contratos juntados foram feitas pela mesma pessoa da assinatura constante nos documentos pessoais do autor presente nos autos.

R: Após análise detalhada, conclui-se que as assinaturas dos contratos juntados não foram feitas pela mesma pessoa da assinatura constante nos documentos pessoais da autora presente nos autos. Essa conclusão é baseada nas seguintes observações:

Diferenças nos Traços: Observamos diferenças significativas nos traços iniciais e finais das assinaturas. As assinaturas nos contratos apresentam inconsistências que não são encontradas nas assinaturas autênticas da autora.

Ritmo e Pressão: As assinaturas nos contratos demonstram um ritmo e pressão que não coincidem com as características naturais das assinaturas autênticas.

Falsificação por Decalque: Identificamos sinais claros de falsificação por decalque nas assinaturas dos contratos. Esses sinais incluem traços mecânicos e uniformes, típicos de decalques, que não ocorrem nas assinaturas espontâneas da autora.

2) Esclareça o Sr. Perito, se as assinaturas constantes nos documentos juntados são semelhantes à assinatura constante nos documentos pessoais do autor presente nos autos

R: As assinaturas constantes nos documentos questionados não são genuinamente semelhantes às assinaturas constantes nos documentos pessoais da autora presente nos autos. As semelhanças superficiais podem ser atribuídas a uma tentativa de imitação, mas as diferenças significativas em traços específicos indicam que as assinaturas questionadas não foram feitas pela mesma pessoa.

A gênese gráfica nas assinaturas questionadas é inconsistente com a naturalidade e fluidez observadas nas assinaturas autênticas da autora.

3) Pode-se excluir a possibilidade de que a assinatura lançada no contrato proveio do punhodo autor?

R: A análise detalhada dos elementos grafotécnicos permite concluir que a assinatura lançada no contrato não proveio do punho da autora. As evidências observadas são consistentes com uma falsificação, por decalque, e não com uma assinatura genuína da autora.

4) A grafia da pessoa que assinou o contrato pode ter sofrido alterações com o passar dos anos, devido ao avanço da idade e as limitações que podem decorrer desse fator?

R: embora seja possível que a grafia de uma pessoa sofra alterações com o passar dos anos devido ao avanço da idade e limitações decorrentes desse fator, as assinaturas questionadas não apresentam características compatíveis com essas alterações naturais. As diferenças observadas são coerentes com falsificação e não com mudanças naturais na assinatura da autora ao longo do tempo.

5) Caso a pessoa que assinou o documento saiba apenas "desenhar o nome", é possível afirmar com 100% de certeza que a caligrafia do autor é a mesma de quando assinou o documento em questão, considerando que ela apenas "desenha o nome" e o passar dos anos pode alterar a perícia da pessoa na escrita?

R: Mesmo levando em consideração que a pessoa desenha o nome e que o passar dos anos pode alterar sua habilidade de fazê-lo, as análises periciais apontam que as assinaturas questionadas não foram feitas pelo mesmo punho que assinou os documentos pessoais da autora.

6) Esclareça o Sr. Perito, se há indícios de falsificação nas assinaturas postas nos documentos juntados

R: Sim, os documentos questionados possuem assinaturas falsificadas.

7) Esclareça o Sr. Perito, se caso positivo a resposta ao quesito n.º 6, se uma pessoa leiga poderia identificar a falsidade nos documentos, com análise restrita

à verificação a olho nu

R: Embora uma pessoa leiga possa identificar algumas discrepâncias visíveis a olho nu, a identificação precisa e completa da falsificação nas assinaturas questionadas exige uma análise técnica especializada que não pode ser plenamente substituída por uma verificação leiga.

8) Conforme José Del Picchia Filho e/ou, em Tratado de Documentoscopia da Falsidade Documental, Ed. Pillares, 2ª Ed. – 2005

“1.2 AUTOFALSIFICAÇÃO –consoante a definição tradicional, são assim denominadas aquelas modalidades de simulações de falso onde firmas autênticas são viciadas no ato em que consignadas, isto é, são aquelas assinaturas defraudadas pelo próprio atribuído elegítimo signatário, no próprio ato de lançamento, mediante a introdução de vícios e artifícios que ensejem inquiná-las de falsas.”

No caso em tela, há elementos que convençam o Sr. Perito que houve autofalsificação?

Independente do entendimento do Perito Judicial ser positivo, ou negativo, pede-se justificar a resposta para o documento questionado, fundamentando os elementos de ordem técnica que o convenceram

R: Após uma análise pericial minuciosa e completa dos documentos em questão, posso afirmar categoricamente que não há indícios de autofalsificação. Todas as assinaturas foram examinadas detalhadamente, levando em consideração os critérios técnicos estabelecidos na documentoscopia.

Fundamento essa resposta nos seguintes pontos:

Ausência de Sinais de Autofalsificação:

As assinaturas foram analisadas quanto à sua autenticidade e não foram identificados sinais característicos de autofalsificação. Não há indícios de que as assinaturas tenham sido fraudulentamente alteradas pela própria pessoa no momento do lançamento.

Identificação de Falsificação por Decalque:

Durante a análise pericial, foram observadas características consistentes com uma falsificação por decalque. Os traços nas assinaturas questionadas apresentam uma uniformidade e padrões que são típicos de uma reprodução mecânica, não condizente com uma assinatura genuína feita à mão.

Evidências de Técnica de Falsificação Utilizada:

Foram identificados indícios específicos de que as assinaturas foram reproduzidas por meio de decalque. Esses indícios incluem a uniformidade na pressão dos traços, a falta de variações naturais na escrita, e a reprodução exata de detalhes específicos das assinaturas originais.

Portanto, com base na análise pericial realizada, não se trata de autofalsificação, mas sim de falsificação por decalque.

9) Queira o Sr. Perito prestar outros esclarecimentos que entender necessários ao deslinde da questão

R: Todas as informações e esclarecimentos estão devidamente contidos no laudo pericial, o qual está devidamente fundamentado

10) Protesta-se por quesitos suplementares e/ou elucidativos

R: Perito não se opõe

RESPOSTA AOS QUESITOS fls. 212-214

01) Comparadas as assinaturas e a rubrica questionada, em época contemporânea, pode-se afirmar guardarem elas evidentes diferenças formais?

R: Sim. Após uma análise detalhada das assinaturas e da rubrica em questão, realizada com base em critérios técnicos estabelecidos na documentoscopia, é possível afirmar que existem evidentes diferenças formais entre elas, trata-se de falsificação por decalque

02) Penetrando-se na intimidade do lançamento nota-se as divergências entre ataques e remates dos traços?

R: É possível notar divergências substanciais entre os ataques e remates dos traços. Essas inconsistências indicam que as amostras examinadas não foram produzidas de forma coerente e congruente, corroborando a conclusão de que possuem origens distintas, as assinaturas questionadas trata-se de falsificação por decalque.

03) Pode-se afirmar serem antagônicas as construções morfogenéticas do manuscrito contraditado?

R: Sim, é possível afirmar que as antagônicas construções morfogenéticas apontam para incompatibilidades na gênese do texto, sugerindo que o processo de escrita do manuscrito contraditado é distinto do manuscrito da autora

04) Pede-se ao senhor perito que forneça um quadro das coincidências e das divergências dos EOGs (Elementos de Ordem Geral), quer objetivos, quer subjetivos

R: Todo o laudo está com as devidas explicações fundamentadas.

05) Há diferença entre a impregnação de tinta carbonada, entre os escritos dos documentos analisados e os referentes a da parte Autora?

R: Devido à natureza digital dos documentos em questão, a comparação quanto à impregnação de tinta carbonada não é aplicável. A análise forense de documentos digitais se concentra em outros aspectos relevantes para a autenticidade e integridade dos documentos.

06) Comparada a assinatura lançada nos documentos de fls.120/125, replicados às 147/152 dos autos com o material fornecido para realização da presente Perícia Grafotécnica pela parte Autora, pode-se afirmar guardarem diferenças? Quais seriam as diferenças?

R: Quesito prejudicado

07) Pode-se, portanto, excluir a possibilidade de que assinatura lançada nos documentos de fls. 167/168 e 172/173, dos autos provieram do punho da parte Autora?

R: As assinaturas em questão são identificadas como falsificações por decalque.

08) Se realizada a sobreposição da assinatura da cédula de identidade da parte Autora juntada à fl. 169/170, com assinatura aposta no documento questionado, é possível identificar que houve eventual fraude por decalque?

R: As assinaturas em questão são identificadas como falsificações por decalque.

09) Caso não tenha sido fornecido o contrato original (mas tão somente cópia digitalizada), seria possível (através de aplicativos diversos) a sobreposição da assinatura original da parte Autora, de forma a ser inserida no documento virtual objeto da perícia? Em tal caso, o resultado da perícia poderia restar prejudicado?

R: A perícia foi conduzida nos documentos anexados aos autos e não houve impacto negativo nas conclusões do trabalho pericial. Todas as imagens apresentam boa resolução, garantindo resultados conclusivos na análise.

ELEMENTOS CONSIDERADOS

Genéricos:

- a-)Calibres: são as dimensões dos caracteres.
- b-)Espaçamentos Gráficos: são distâncias analisadas na escrita.
- c-)Comportamentos Gráficos: são as direções e distâncias consideradas da escrita em relação à pauta ou base.
- d-)Proporcionalidade Gráfica: são as relações dimensionais entre diversas partes da escrita.
- e-)Valores Angulares: são as predominâncias de ângulo nas formações gráficas.
- f-)Valores Curvilíneos: são as predominâncias de curvas da escrita.
- g-)Inclinação Axial: é aquela dos eixos gramáticos.

Genéticos:

- a-)Dinâmica : é a relação entre pressão e progressão.
- b-)Pressão: é a força vertical da escrita.
- c-)Progressão: é a força horizontal da escrita.
- d-)Trajetória: é a direção.
- e-)Momento Gráfico: cada um dos traçados contínuos da escrita.
- f-)Ataque: é o traço inicial da escrita.
- g-)Desenvolvimento: é o traçado intermediário da escrita.
- h-)Remate: é o traço final da escrita.
- i-)Mínimo Gráfico: é o modo particular do traçado.

ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE CONFRONTO.
--

- 1- Em um primeiro momento, foi realizada análise de comportamento gráfico, levando-se em consideração padrões reconhecidos internacional e cientificamente, os quais concluem que a tendência do punho escritor é individual e inconfundível, e sendo emanada do cérebro, não se altera mesmo diante da necessidade de mudança do membro escritor, como por exemplo, nos casos de perda de um braço.
- 2- Neste item, foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais dos gramas² de maior expressão, e consequente angulação média em relação à linha de base, que resulta das curvas dos caracteres expressivos das grafias analisadas, sendo semelhantes.
- 3- Em um segundo momento, foi realizado estudo acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os padrões, obtida pela comparação do maior caractere da assinatura, que resulta da angulação da inclinação do eixo da escrita em relação à centralização das bordas do papel.
- 4- O resultado do confronto dos itens acima mencionados dá ensejo à apuração da velocidade do traçado, e a habilidade da escrita é obtida pela análise da padronização e proporcionalidade dos caracteres das assinaturas, sendo no conjunto, incongruentes as grafias padrões e questionadas explicitadas às fls. deste laudo.

² Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

5- Também foi levada a efeito a indispensável análise de particularidades dos gramas que compõem as grafias, sendo encontrados diversos pontos de divergência grafocinética como os a seguir elencados:

5.1-As grafias submetidas a análise setorial, apresentam ataques³ e remates⁴ semelhantes, todavia gênese distinta.

5.2-Foram também encontrados gramas⁵ passantes⁶ superiores⁷ e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos⁸ em semelhantes quadrantes, todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

6- A grafia impugnada é tipicamente denominada de "falsificação por decalque" sendo excluída a falsificação sem imitação, ou ainda por imitação servil, tendo em vista que a grafia questionada possui convergências morfológicas apenas com o modelo, mas gênese evidentemente distinta.

Na doutrina, a falsificação por decalque é tema de farta explanação: "Os decalques se dividem em dois tipos: diretos e indiretos. São processos primários de falsificação, daí porque os resultados são grosseiros. Para se reproduzir uma assinatura legítima pelo processo de decalque direto, basta colocar o modelo sob o suporte da peça que se prepara e, por transparência, cobrir o traçado daquele.

As assinaturas feitas por esse processo apresentam, é obvio, grande semelhança formal com o paradigma, mas seu traçado é lento, crivado de paradas do instrumento escrevente e subsequente retomada do traço e, ainda cheio

de trêmulos e hesitações.

Documentoscopia / Lamartine Bizarro Mendes. —2. .—
Campinas, SP : Millennium, 2003. p. (Tratado de perícias
criminalísticas ; v. 7.

³ Forma como o punho escritor inicia o grama.

⁴ Traço final de um grama.

⁵ Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

⁶ Gesto gráfico que ultrapassa linha de base e linha de ápice.

⁷ Acima da linha de ápice.

⁸ Levando-se em consideração os ponteiros de um relógio analógic

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. O grafismo é individual e inconfundível. A primeira lei de escrita (Leis de Solange Pellat) preconiza que o gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro.
2. Pela segunda lei, quando se escreve, o “eu” está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o “eu” age, passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento.
3. Pela terceira lei, resta indiscutível que não se pode modificar voluntariamente, em um dado momento, sua escrita natural, senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação.
4. Quando a escrita atinge seu amadurecimento natural, nela são introduzidos aspectos personalíssimos que não são padronizados pela doutrina, contudo são extremamente valiosos na apuração da autenticidade.
5. O resultado mais importante do exame pericial consiste em precisar as características especiais, as quais apresentam vital importância pela sua excepcionalidade.
6. Características especiais, na identificação de uma escrita, *equiparam-se à certeza traduzida pelo exame das impressões digitais de uma pessoa*, ou seja, não são voluntárias e não podem ser modificadas voluntariamente.
7. A autenticidade não pode ser embasada na semelhança ou não

dos elementos gerais da escrita e sim na coincidência da gênese gráfica, **o que não se faz presente no caso em tela.**

CONCLUSÃO

Considerando a exaustiva análise de toda a documentação objeto da perícia, já explicitado;

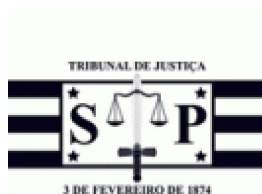
Considerando, que a grafia aposta nos documentos questionados possui absoluta convergência formal como a peça padrão Rg, mas gênese absolutamente distinta dos padrões de grafia reconhecidamente de autoria da Sra. Ana Maria Bochioni Silva, resta concluído que:

AS ASSINATURAS APOSTAS NOS DOCUMENTOS QUESTIONADOS SÃO FALSAS / FRAUDE POR DECALQUE

Era o que havia a expor.

Este laudo segue digitalizado e assinado nesta. Contêm fotos digitais de alta resolução, imagens digitalizadas, reduzidas, ampliadas, recortadas e coladas, de íntegra fidelidade em relação às originais, individualmente identificadas.

Eng. Aleksandro de Carvalho
Perito Judicial Documentoscópico



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARIBA
FORO DE GUARIBA
1ª VARA JUDICIAL
RUA FERES SADALA, 761, Guariba - SP - CEP 14840-001
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001528-65.2023.8.26.0222**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado**
 Requerente: **Ana Maria Bochioni Silva**
 Requerido: **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **BRUNO RAMOS MENDES**

Vistos.

ANA MARIA BOCHIONI SILVA propôs ação declaratória de inexistência de relação jurídica combinado com repetição de indébito e indenização por danos morais e materiais em desfavor de **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** Em síntese, aduz ostentar benefício previdenciário e constatou descontos de valores a título de empréstimo consignado não contratado. Requer a declaração da inexistência de relação jurídica e, por conseguinte, a restituição em dobro dos valores indevidamente pagos, bem como indenização por danos morais. Roga procedência. Juntou documentos (fls. 20/28).

Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação (fls. 95/111). Em suma, no mérito, negou a pretensão sob fundamento de regularidade na celebração contratual. Roga improcedência. Juntou documentos (fls. 112/174).

Após réplica (fls. 178/186), foi oportunizada especificação de provas (fl. 187/188). Em decisão de saneamento (fls. 196/197), afastadas as preliminares arguidas, foi designada produção de prova pericial grafotécnica cujo laudo se encontra às fls. 219/242, com subsequente manifestação das partes. Encerrada instrução, sobrevieram memoriais.

É o relatório. Fundamento e decido.

Superadas, em saneamento, as teses arguidas como preliminares, permite este juízo adentrar diretamente no mérito e assim o faz para o julgar parcialmente procedente. A relação entre os litigantes é notadamente de consumo. Verifica-se, no caso em tela, a hipossuficiência técnica do consumidor no que tange à produção probatória.

Destarte, é o caso de inversão do ônus probatório, consoante artigo 6º, inciso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARIBA
FORO DE GUARIBA
1ª VARA JUDICIAL
RUA FERES SADALA, 761, Guariba - SP - CEP 14840-001
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

VIII, do Código de Defesa do Consumidor. A prova da regularidade das cobranças será ônus o qual competirá à parte adversa, haja vista complexidade inerente à demonstração de fato negativo, ou seja, da não intenção na aquisição do produto.

No caso em tela, tornou-se controvertida celebração contratual entre as partes e, por conseguinte, a aquisição do produto disponibilizado e a subsequente cobrança lançada no benefício previdenciário. Em razão do princípio da autonomia da vontade, as pessoas são livres para se associarem desde que não haja ofensas a normas cogentes.

A requerida trouxe aos autos o instrumento contratual físico o qual supostamente foi anuído pela parte requerente, contendo a sua suposta assinatura. Submetida à perícia grafotécnica (fls. 230). o nobre experto conclui se tratar de falsificação e ou provido de Terceiro diversa da requerente.

Sendo assim, a requerida foi negligente, pois não agiu com a devida cautela a qual o negócio exige, permitindo a um Terceiro fraudador utilizar indevidamente o nome e dados pessoais de outrem a fim de simular uma contratação, causando-lhe prejuízos financeiros e abalo psicológico.

Destarte, não tendo a parte requerente anuído à contratação, o vínculo contratual merece ser reputado inválido, sendo indevidos os descontos efetuados em seu provento/benefício. Além disto, há de ser protegido o patrimônio do consumidor hipossuficiente em face da inegável fraude em sua assinatura, constituindo, de rigor, a procedência parcial da pretensão.

Comprovada fraude, indispensável declaração de inexistência da relação jurídica, assim como se torna cabível a repetição do indébito, de forma dobrada, dos valores cobrados indevidamente, com a incidência da correção monetária e juros de mora, a partir de cada desconto indevido, conforme preconiza o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor.

É assente o entendimento no sentido de que o dano moral decorrente do indevido desconto de valores nos vencimentos da pessoa é considerado in re ipsa, ou seja, prescindível de comprovação. No caso em tela, restou absolutamente configurada responsabilidade civil pelos descontos indevidos, sendo absolutamente cabível reparação do dano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARIBA
FORO DE GUARIBA
1ª VARA JUDICIAL
RUA FERES SADALA, 761, Guariba - SP - CEP 14840-001
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

É evidente que a realização de descontos indevidos em proventos enseja inegável lesão a direitos extrapatrimoniais. Nestas circunstâncias, não há somente meros dissabores do cotidiano, mas efetivo comprometimento da psique e tranquilidade do consumidor lesado. Há, portanto, evidentes consequências danosas contra direitos extrapatrimoniais, sendo oportuna transcrição jurisprudencial.

RESPONSABILIDADE CIVIL Danos Morais Pleito de indenização em razão de descontos indevidos nos proventos, a título de contribuição para associação da qual o demandante não fazia parte Nexo causal comprovado Responsabilidade objetiva da Fazenda Honorários adequados - Sentença de procedência mantida Recursos improvidos (TJ/SP; Apelação 1029618-23.2014.8.26.0053; Relator(a): Luis Ganzerla; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 25/08/2015).

Como é cediço, a indenização por danos morais não pode ser exagerada no sentido de causar enriquecimento a quem é indenizado e nem pode ser fixada em valor irrisório e insuficiente pois seu mote é o de evitar e desencorajar futuros equívocos, bem como servir de reparação à vítima pelos dissabores experimentados.

Assim, para compensar o dano suportado, além de atender aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a título de indenização por danos morais, fixo a quantia de R\$ 5.000,00, ressaltando que o arbitramento em valor inferior ao pretendido não induz sucumbência da requerente (Súmula nº 326 do STJ).

Por fim, há de haver compensação entre eventuais valores devidos pela parte requerente em face da parte adversa – quantia eventualmente creditada em sua conta – competindo ao requerido demonstrar tal ocorrência em fase posterior de liquidação/cumprimento de sentença.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão no sentido de **DECLARAR** inexistente a relação jurídica entre as partes e, por conseguinte, **CONDENAR** a requerida à repetição do indébito, de forma dobrada, de valores indevidamente descontados, acrescidos de atualização monetária e juros no importe de 1% ao mês, tudo a partir dos indevidos descontos. Além disto, **CONDENÁ-A**, ainda, ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARIBA
FORO DE GUARIBA
1ª VARA JUDICIAL
RUA FERES SADALA, 761, Guariba - SP - CEP 14840-001
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00, devidamente corrigido pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde a data publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Assim, resolvo o mérito com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Em virtude da sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios os quais fixo em 10% sobre valor da causa devidamente atualizada.

Eventual interposição recursal, independentemente de juízo de admissibilidade neste juízo, intime-se a parte adversa ofertar suas respectivas contrarrazões no prazo legal. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo com nossas homenagens. Com o trânsito, arquivem-se os autos.

P.I.C.

Guariba, 04 de dezembro de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**